

Zélia busca apoio de senadores para arrendar portos e rodovias

O presidente Fernando Collor assinará nos próximos dias duas novas medidas provisórias — uma para que, em regime de concessão, empresas privadas possam controlar alguns serviços públicos, como a exploração de rodovias e portos; e a outra estabelecendo o regime de livre negociação para aluguéis comerciais e residenciais. A informação foi dada pela ministra da Economia, Zélia Cardoso de Mello, aos senadores Jorge Bornhausen (PFL/SC), Jarbas Passarinho (PDS/PA) e Afonso Carmargo (PTB/PR).

Passarinho, Bornhausen e Carmargo consideraram boa a medida provisória para concessões a empresas privadas para a exploração de alguns serviços públicos, lembrando que, mais tarde, além das rodovias e portos, outros setores poderiam ser incluídos, como os de água, esgotos e telefones, como citou o senador Jorge Bornhausen.

BLOCO

Está traçada a primeira linha de colaboração com o Executivo pelo bloco informal que se orga-

niza no Senado para apoiar a política econômica: o Governo deseja o apoio dos senadores às novas medidas com que pretende reduzir os gastos públicos, como a contenção das despesas de estatais com funcionários; e a privatização de serviços públicos, como a previdência social, os portos e as rodovias.

A linha de colaboração foi traçada junto com a ministra da Economia, Zélia Cardoso de Mello, numa reunião na noite de segunda-feira com os três primeiros integrantes do bloco, senadores Jorge Bornhausen (PFL-SC), Afonso Carmargo (PTB-PR) e Jarbas Passarinho (PDS-PA), depois de uma série de contatos com o Governo que começaram há um mês, incluindo-se um jantar com o presidente Collor.

“Queremos ajudar para que o plano econômico dê certo”, explicava ontem Bornhausen. Se o plano contra a inflação não der resultado, “será pior para todos”, destaca. Com essa idéia na cabeça, os três senadores colocaram duas condições perante o Governo: o bloco pretende colaborar, mas sem alinhamento automático com o Planalto; e, para isso, pre-

cisa conhecer previamente as questões que serão postas no Congresso.

Nessas condições, Zélia abriu as portas do Ministério da Economia durante duas horas na segunda-feira à noite, ao lado do presidente do Banco Central, Ibrahim Eris; do secretário de política econômica, Antonio Kandir; e do negociador da dívida externa, Jório Dauster — no encontro anterior, ela prometera incluir parte da sua equipe na reunião, de modo que participassem dos entendimentos.

Expôs, então, que a fase imediata de trabalho econômico é a de enxugamento de dinheiro, retirando cruzeiros do mercado e poupando despesas públicas. Detalhou algumas providências sobre o corte de custeio nas estatais, a nova legislação de aluguéis e a privatização de concessões públicas.

Coube a Bornhausen uma das discussões mais longas, ao receber da ministra e assessores a garantia de que vão examinar com atenção a sugestão do senador para que a privatização da previdência procure seguir o exemplo do Chile.